

## **FINANÇAS PÚBLICAS II**

Licenciatura em Finanças

---

Código: 12520

Área Científica Predominante: Administração e Finanças Públicas

Docente: Soraia Marla Ferreira Gonçalves

Idioma de Instrução: Português

Regime: S2

Carga Letiva: 60h Carga Trabalho: 108h

ECTS: 6,0

---

### **Objetivos**

Os objetivos fundamentais da Unidade Curricular (UC) consistem na análise e compreensão:

Do Orçamento de Estado enquanto documento económico e político, incluindo a análise do seu processo de elaboração, aprovação, execução e controlo;

Do sistema português de auditoria e controlo financeiro público, nomeadamente o Sistema de Controlo Interno e o papel fulcral do Tribunal de Contas Português;

Do enquadramento macroeconómico da tomada de decisão política, em particular a política orçamental, no contexto da União Económica e Monetária, analisando os problemas associados à sustentabilidade das finanças públicas.

### **Resultados da Aprendizagem**

Executar tarefas relativas à elaboração do Orçamento de Estado;

Acompanhar as fases do ciclo orçamental;

Compreender e aplicar as regras inerentes ao sistema português de auditoria e controlo financeiro público; Analisar e compreender o enquadramento macroeconómico da tomada de decisão política, em particular a política orçamental.

### **Conteúdos Programáticos**

1.O Orçamento de Estado

1.1.Noção Orçamento Estado

1.1.1 Elementos do OE

1.1.2 Funções do OE

1.1.3 Estrutura Orçamental

1.1.4 Contexto Legal

1.2. Regras Orçamentais

2. O Ciclo Orçamental

2.1. As fases do ciclo

2.2. A preparação do Orçamento de Estado

2.2.1. Competências e processos

2.2.2. Metodologias de orçamentação modernas

2.2.3. A proposta de orçamento

2.3. A aprovação do Orçamento de Estado

2.3.1. Discussão, votação e publicação

2.3.2. As escolhas orçamentais: uma aplicação da teoria da “escolha pública”

2.4. A execução do orçamento

2.4.1. Execução do orçamento das receitas

2.4.2. Execução do orçamento das despesas

2.4.3. Os princípios rígidos da Contabilidade Pública

2.4.4. Alterações ao orçamento

2.5. A fiscalização do orçamento

2.5.1. Noção e tipologias

2.5.2. A fiscalização das receitas/despesas

2.5.3. A Conta Geral do Estado

3. Atividade de controlo e auditoria dos dinheiros públicos

3.1. Sistema Nacional de Controlo Financeiro Público

3.1.1. Conceito de controlo

3.1.2. Visão Global do SNCP

3.2. Controlo Interno

3.2.1. Enquadramento

- 3.2.2. Entidades de controlo interno
- 3.2.3. Novo Sistema de Controlo Interno
- 3.3. Sistema de Controlo Externo
  - 3.3.1. Enquadramento
  - 3.3.2. Entidades de controlo externo
  - 3.3.3. Tribunal de Contas Português
- 4. Noções sobre Política Orçamental
  - 4.1. Noção de política orçamental
  - 4.2. Objetivos e instrumentos de política orçamental
  - 4.3. Sustentabilidade das Finanças Públicas
    - 4.3.1. Dívida Pública
    - 4.3.2. Necessidades de financiamento do Estado
    - 4.3.3. Conceitos e instrumentos de Dívida Pública
  - 4.4. Política orçamental na União Europeia
  - 4.5. O Pacto de Estabilidade e Crescimento
    - 4.5.1 Critérios orçamentais
    - 4.5.2 O procedimento dos défices excessivos
    - 4.5.3 Os Programas de Estabilidade e Crescimento

### **Bibliografia Recomendada**

Azevedo, Maria Eduarda, 2018, Manual de Finanças Públicas e Direito Financeiro. Quid Juris.

Franco, António L. Sousa, 2002, Finanças Públicas e Direito Financeiro, 4.<sup>a</sup> Edição, Almedina, Coimbra.

Pereira, Paulo Trigo et al., 2016, Economia e Finanças Públicas, Escolar Editora, 5.<sup>a</sup> edição.

Sarmiento, Joaquim Miranda, 2016, Manual de Finanças Públicas e de Contas Nacionais no Setor das Administrações Públicas: O processo europeu e o cálculo do défice e da dívida pública. Edições Almedina.

## **Métodos de Ensino e de Aprendizagem**

Os conteúdos inerentes a cada um dos diferentes pontos do programa da unidade curricular vão ao encontro dos objetivos definidos, cuja concretização está alinhada com as metodologias de ensino-aprendizagem.

## **Métodos de Avaliação**

A Avaliação será realizada nos termos do Regulamento de Avaliação de Conhecimentos e Competências da Escola Superior de Gestão do IPCA.

Elementos de avaliação:

1. Assiduidade e participação- fator de ponderação de 20%.Será objeto de avaliação a participação dos estudantes nas aulas de consolidação de conhecimentos (ACCs), onde serão realizados exercícios em grupo.A nota da assiduidade e participação mantém-se válida para todas as épocas de exame a que o estudante se sujeite, até que seja aprovado, dentro do mesmo ano letivo.

2.Trabalho escrito,grupo– fator de ponderação de 30% na nota final. A nota do trabalho mantém-se válida para todas as épocas de exame a que o estudante se sujeite, até que seja aprovado, dentro do mesmo ano letivo. A ponderação será distribuída equitativamente pela apresentação obrigatóriae pela apreciação do relatório escrito.

3. Dois testes presenciais– fator de ponderação 50% (25% cada) na nota final, onde se exige uma nota mínima de 8 valores na escala de zero a vinte; Os estudantes que não obtiverem nota mínima (8) serão considerados reprovados, independentemente da nota obtida nos restantes elementos de avaliação, ficando sujeitos à realização do exame de recurso.

NOTA criação GRUPOS: Os grupos serão formados pela docente e serão mantidos durante todo o semestre para todas as atividades identificadas com realização pelo grupo. Os estudantes deverão manifestar a sua disponibilidade para integrar um grupo pela via definida pela docente.

NOTA avaliação TRABALHADORES ESTUDANTES: Os trabalhadores estudantes que desejem participar na avaliação contínua e não possam cumprir a integração num grupo, por não cumprimento da assiduidade e participação nas aulas de ACCs, poderão realizar os dois testes presenciais com a ponderação de 50% cada. Para cada um dos testes existirá a nota mínima de oito (8) valores.